

Gestão democrática na educação pública que queremos

Pág. 10

Os Planos de Educação:
Desafios para a gestão da escola e dos sistemas

Pág. 4

EM DEBATE:
políticas curriculares atuais

Pág. 6



appsindicato.org.br



APP-Sindicato



@appsindicato

Jornal 30 de Agosto

Edição Pedagógica



Ano XXVI - Nº 203

Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Estado do PR



FEVEREIRO DE 2016



Ministério da Educação

Escola, território de luta e resistência

EDITORIAL

A conjuntura educacional tem reforçado cada vez mais o entendimento dos(as) trabalhadores(as) de que avanços e conquistas da pauta e a sua manutenção é obra de muita organização, mobilização e disputas na sociedade feitas pelos próprios trabalhadores(as) e a principal ferramenta para essa luta são os SINDICATOS. No caso da educação paranaense, nossa luta coletiva, organizada há (a) quase 70 anos pela APP-Sindicato tem garantido avanços importantíssimos, sejam referentes à carreiras ou na organização escolar e condições de trabalho. Para exemplificar, só após a CF de 1988 e as greves daquele período de transição democrática foi possível alterar a jornada de trabalho reduzindo de 44h para 40 h semanais (relógio para funcionários(as) e hora aula para professores(as)), do mesmo período vem a conquista do 13º salário, até então uma gratificação natalina era concedida sem obrigatoriedade legal. Os primeiros 10% de HA conquistamos em 2001, fruto da greve intensa do ano 2000, embora a LDB determinasse desde 1997. Avançamos paulatinamente e só consolidamos os atuais 35% da jornada neste importante direito aos professores(as) com a greve de 2014. A força da greve derrubou a interpretação da jornada de 60 minutos. O governo Richa(PSDB) insistia no entendimento de que já praticávamos 41% de HA. As conquistas dos atuais planos de carreira para professores(as) e funcionários(as) não vie-

ram sem árduas jornadas, vale lembrar que no caso dos funcionários(as) o governo Requião(PMDB) só assimilou essa pauta a partir da caminhada realizada entre Ponta Grossa/Curitiba em 2006.

O ano de 2015 será lembrado como um dos mais violentos para a classe trabalhadora no mundo, mas principalmente para a educação pública brasileira e paranaense. O mote BRASIL – PÁTRIA EDUCADORA, do segundo governo da Presidenta Dilma (PT) não logrou ainda representar um período de avanços educacionais. Retrocessos ideológicos marcaram a aprovação dos planos estaduais e municipais de educação (PNE e PME). A onda conservadora mundial avançou em valores antidemocráticos também em nosso país. Esforços das bancadas conservadoras e reacionárias nos parlamentos pretenderam legislar contra os direitos humanos, direitos trabalhistas e contra o direito ao ensino a partir de um currículo laico e de construção de uma educação para a paz. Ante a sanha ideológica atrasada das chamadas bancadas BBB – boi, bala e bíblia, os movimentos sociais atuaram bravamente para impedir os avanços das terceirizações, a redução da maioria penal, e a possível flexibilização do estatuto do armamento aponta para o aumento da violência no Brasil.

Desde o mês de janeiro, mobilizações para impedir a desorganização de carreiras e das escolas marcaram greves que serão memoráveis

como a nossa e nos estados do Pará, Goiás, São Paulo e Santa Catarina e em centenas de municípios do país. Emblemática foi a violência contra as professoras(es) em Goiânia.

Nossa resistência, bravura, organização e mobilização barrou ataques brutais do governo Richa(PSDB) sobre educadores(as) e as escolas. Paradigmas foram quebrados, como a greve a partir do primeiro dia de aula, duas greves num mesmo ano e amplo apoio e participação de estudantes e da sociedade.

O dia 29 de abril 2015 ficará marcado nas páginas da história de lutas da classe trabalhadora paranaense. Se a intensa mobilização de servidores(as), estudantes, apoiadores(as) não impediu a aprovação da lei que instala o ataque à segurança previdenciária, a violência planejada e executada a partir do Palácio Iguaçu, desvelou o projeto antidemocrático do governo Richa. Ao mesmo tempo a garra, a coragem e a resistência de servidores(as) ganharam as páginas da imprensa mundial.

As lições de resistência, mobilização e lutas devem ser a mola propulsora para que em 2016, mantenhamos a unidade de nossa categoria. O XII Congresso e a assembleia estadual realizados em Foz do Iguaçu no final do mês de janeiro aprovou, além de um amplo plano de lutas, a campanha salarial 2016 para as redes estadual e municipais afiliadas a APP e um conjunto de mobilizações.

Fazem parte desta campanha o pagamento de promo-



Foto: Joka Madruga

ções e progressões em atraso, o reajuste de 7,75% de diferença do índice do piso salarial profissional nacional, concursos públicos, valorização dos educadores(as) PSS, direitos dos aposentados(as), oferta do cargo de 40 horas entre outros.

Aprovamos uma pauta educacional que reafirma nossa luta em busca da ESCOLA QUE QUEREMOS. Esta Edição Pedagógica reflete este aspecto, o da escola que queremos e que lutamos para construir. Nesse sentido, olhamos para os Planos Nacional, Estadual e Municipais de Educação e seus desafios. Esta mesma construção que fazemos da escola que queremos tem como princípio basilar a gestão democrática. Os sucessivos sinais de truculência e conservadorismo que retroagem direitos e empobrecem a democracia brasileira exigem uma escola radicalmente democrática. Destacamos também o currículo e os fundamentos do Programa META da SEED. Nossa compreensão de currículo como identitário e emancipador dos sujeitos se contrasta com o programa META a ser desenvolvido nas escolas pela SEED. Este último

operará de forma intervencionista sobre índices e resultados. Nosso jornal apresenta um olhar muito especial de estudantes sobre a escola que queremos. São olhares carregados do real e de esperança, de uma escola que se anuncia e que lutamos por fazê-la.

Por fim, este ano além de realizar as lutas pelo cumprimento da pauta de reivindicações da categoria também manteremos viva nas escolas e na sociedade as batalhas travadas no ano passado. E desde já conclamamos a todos(as) a participarem, em março, da greve nacional convocada pela CNTE, com mobilizações no dia 15 e 16 e paralisação estadual marcada dia 17 de março. Uma extensa jornada será cumprida culminando com outra paralisação estadual no dia 29 de abril, onde realizaremos um grande ato nacional em Curitiba.

Bom ano a todos(as)! Boa Semana Pedagógica!

***Hermes Silva Leão,**
presidente da APP-Sindicato,
professor de Educação
Física e pedagogo especialista
em Psicopedagogia

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE. Av. Iguaçu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 Site: www.appindicato.org.br **Presidente:** Hermes Silva Leão | **Secretário de Comunicação:** Luiz Fernando Rodrigues | **Assessor de Comunicação:** Tiago Tavares Somma | **Jornalistas:** Aline Lima, Francielli Camilo (9561-PR), Uanilla Piveta (8071-PR) e Valnísia Manguiera (893-SE) | **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) **Monitor de redes e mídias sociais:** Luan Pablo Romero de Souza | **Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 70 mil exemplares.

Gestão Somos mais APP – Em defesa da Escola Pública (2014-2017)

• Hermes Silva Leão - Presidente • Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana - Secretária Geral • Arnaldo Vicente - Secretária de Política Sindical • Walkíria Olegário Mazeto - Secretária Educacional • Nádia Brixner - Secretária de Funcionários • Marlei Fernandes de Carvalho - Secretária de Finanças • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Sec. Adm. e Patrimônio • Celso José dos Santos - Secretária de Assuntos Municipais • Luiz Fernando Rodrigues - Secretária de Comunicação • Mario Sérgio Ferreira de Souza - Secretária de Assuntos Jurídicos • Valci Maria Mattos - Secretária de Aposentados • Alfeu Luiz Capellari - Secretária de Políticas Sociais • Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos - Secretária de Organização • Janeslei Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Rose Mari Gomes - Secretária de Sindicalizados • Elizamará Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Ralph Charles Wandpap - Secretária de Saúde e Previdência.

Jornal 30 de Agosto Edição Pedagógica é uma produção da Secretaria Educacional da App-Sindicato – educacional@app.com.br Organização: Walkíria Mazeto, Marlei Fernandes de Carvalho, Vanda do Pilar Santana, Antonio Frutuoso, Hermes Leão

Tão, tão distante: a escola que queremos está longe de se tornar realidade

O olhar de estudantes sobre a escola ideal e as dificuldades para torná-la realidade no Paraná

Era uma vez uma escola pública com ótima estrutura, aulas em tempo integral, salas com poucos estudantes, biblioteca com livros novos e espaço para estudo, sala de informática com acesso à internet, quadra de esportes, merenda escolar de boa qualidade e livro didático para todos(as). Professores(as) e funcionários(as) trabalhando satisfeitos(as), com condições de trabalho adequadas e salário justo, com uma formação continuada trazendo novidades para um jeito de educar diferente, respeitando a realidade vivida pelos(as) estudantes. Era uma vez uma escola pública em um reino muito, muito distante, uma escola encantada, tão encantada que não existe, pelo menos aqui no Paraná.

Esta escola apesar de ainda não existir, está presente no imaginário dos(as) trabalhadores(as) da educação, que não se cansam de lutar para que ela se torne real. E também é o sonho de estudantes que se organizam nas escolas nos grêmios e que apesar de tudo, ainda conseguem terminar o ensino médio. É o caso de Elves Kenedy Cordeiro (18 anos) do CE Desembargador Cunha Pereira de Fazenda Rio Grande e da Camila Farias Medeiros

(16 anos) do CE Vinicius de Moraes de Colombo. Ambos no 3º ano e esperançosos de que uma outra escola ainda é possível ser construída.

“Para mim, a escola que eu quero, é um lugar onde o estudante não seja obrigado a ir, mas que vai porque aquilo realmente lhe motiva. Uma escola com mais cultura, e esporte. Uma escola em que as habilidades individuais de cada um sejam respeitadas e modeladas. Espaços mais democráticos onde a direção e os estudantes possam tomar decisões em conjunto.

Mais investimentos para que se criem aulas mais lúdicas e interativas, com os materiais apropriados, ou seja, uma total renovação na escola pública”, explica Elves, ao ser questionado sobre o que ele espera de uma escola pública.

Para Camila deveria haver um método de ensino que realmente chame a atenção dos estudantes. “A maioria dos estudantes é bastante desinteressada, por isso as aulas acabam não rendendo. Além de tudo, a estrutura deixa muito a desejar, principalmente na parte da se-

gurança. Um muro decente já ajudaria bastante, uma biblioteca com mais fácil acesso, mais funcionários na área da limpeza, um espaço mais apropriado para aulas de artes. No colégio a maioria dos professores são bem interessados e gostam do que fazem, mas não há incentivo, aí todo mundo acaba desanimando mesmo”, diz.

O problema nas terras longínquas do Paraná é a falta de vontade política de um governo que opta por privilegiar alguns em detrimento da maioria da população.

Não basta somente a vontade e o empenho de toda comunidade escolar, porque diferente daquele reino distante, aqui existe um vilão que não respeita o direito de milhares de estudantes a uma escola pública de qualidade e o trabalho daqueles(as) que estão diariamente nas escolas lutando por uma educação melhor, digna de um conto de fadas e com final realmente feliz.

***Francielly Camilo,**
jornalista, assessora de imprensa da APP-Sindicato



Elves,
18 anos,
Faz. Rio Grande

“a escola que eu quero, é um lugar onde o estudante não seja obrigado a ir, mas que vai porque aquilo realmente lhe motiva”

Camila,
16 anos, Colombo

“a maioria dos professores são bem interessados e gostam do que fazem, mas não há incentivo, aí todo mundo acaba desanimando mesmo”

Os Planos de Educação:

Desafios para a gestão da escola e dos sistemas

Os anos de 2014 e 2015 foram marcados pela aprovação dos Planos de Educação em nosso país. Após três anos e meio de tramitação no Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação (PNE) passou a vigorar em 25 de junho de 2014. Com a aprovação do PNE, Estados e Municípios tiveram um ano para elaborar e aprovar seus respectivos planos de educação tendo como referência o Plano Nacional.

O PNE é fruto de uma luta intensa da sociedade por um plano de educação que

respondesse às demandas urgentes da educação pública brasileira, a qual requer seja universal, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Embora os eixos da mobilização social aprovados na CONAE 2010 não tenham sido incorporados totalmente, especialmente no que diz respeito à vinculação das verbas públicas exclusivamente para a escola pública, o importante é que muitas conquistas foram alcançadas na Lei nº 13.005, como a universalização da educação

básica com qualidade e equidade, a ampliação do acesso de jovens ao ensino superior, a gestão democrática do ensino e a valorização dos profissionais da educação.

No Paraná, na construção e aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE) e dos 399 Planos Municipais de Educação (PME) teve repetido o mesmo cenário de luta travado em âmbito federal. Os retrocessos impostos, em especial acerca do tratamento às diferenças sociais, étnico-raciais, de orientação sexual e de gênero, assim como

a indicação da meritocracia para a política salarial do magistério e a disputa das verbas públicas com a iniciativa privada, foram pautas das lutas sociais que tiveram a categoria dos(as) trabalhadores(as) em educação como vanguarda do movimento.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no processo de tramitação, avaliamos que o mais difícil e importante será a implementação dos planos de educação, que em sua maior parte, depende de futuras regulamentações pelo Congresso Nacional, pela As-

sembleia Legislativa e câmaras municipais.

Os Planos de educação têm por objetivo maior orientar as políticas educacionais das redes públicas e privadas, sendo também um instrumento balizador para os orçamentos de todos os entes da federação. Sua efetividade tem relação direta com a gestão do sistema de ensino e da própria escola, uma vez que prescrevem políticas que afetam a educação como um todo.

Para que os planos de educação não se tornem simples cartas de intenções e para que o projeto educacional defendido pelos(as) trabalhadores(as) em educação possa ter concretude, precisamos, mais do que nunca do compromisso dos gestores públicos e da mobilização social na superação de seus desafios.

***Walkiria Olegário Mazeto,**
secretária educacional da APP-Sindicato, professora de Geografia, especialista em Planejamento Ambiental



Desafios para a efetivação dos Planos

Os Planos se propõem a melhorar a qualidade da educação, universalizando o acesso à educação básica e ampliando o atendimento das crianças em creches e das modalidades da educação básica, como EJA, Educação Especial e Profissional entre outras. Por si só, estes já são desafios enormes para a gestão dos sistemas e escolas. No entanto, para além destes, destacamos ainda:



1. Valorização dos(as) profissionais da educação:

- universalizar o acesso à formação inicial e continuada e profissionalização dos(as) educadores(as) das redes estadual e municipais;
- implementar de forma definitiva o piso nacional do magistério e regulamentar o piso que contemple os(as) funcionários(as) da educação;
- regulamentar as diretrizes nacionais para a carreira de professores(as), pedagogos(as) e funcionários(as) da educação;
- reduzir os contratos temporários (e precários) de trabalho junto às redes de ensino garantindo-se o ingresso na carreira exclusivamente por concurso público.



2. Os sistemas de educação:

- democratizar a gestão escolar e dos sistemas;
- regulamentar os Sistemas Nacional e Estaduais de Educação;
- aprovar a Lei de Responsabilidade Educacional;
- reformular/democratizar as instâncias responsáveis pela instituição, implementação, controle e avaliação das políticas educacionais, como fóruns, conselhos entre outras.



3. Financiamento da Educação:

- atingir o percentual de investimento na educação equivalente a 10% do PIB Nacional;
- vincular novos recursos e o aumento dos percentuais já destinados à educação pela Constituição;
- destinar receitas do petróleo do estado e municípios não abarcados pela Lei nº 12.858/2013 e a ampliar o marco regulatório dos royalties para a exploração mineral vinculando os recursos à educação;
- destinar parte das receitas de contribuições sociais que ainda não integram o financiamento da educação;
- preservar as verbas da educação de eventuais políticas de incentivo econômico e/ou guerras fiscais entre estados e municípios;
- regulamentar o Custo Aluno Qualidade (CAQ), com definição de parâmetros para a contribuição financeira de cada esfera administrativa (Federal, Estadual e Municipal).

A escola pública que queremos: alguns elementos conceituais para o debate

O ano de 2015, certamente, entrará para a história como marco para a educação pública, tanto na luta pela manutenção de direitos históricos para as trabalhadoras e os trabalhadores em educação, quanto pela defesa da escola pública, universal, gratuita, laica e de qualidade social. Diante de uma conjuntura de ataques à educação pública com a militarização de escolas, a transferência da gestão para Organizações Sociais, a terceirização dos serviços, a mercantilização e a proposta de aprovação de uma Base Nacional Curricular Comum, a APP-Sindicato convoca a categoria e a sociedade para uma reflexão: “Qual a Escola que Queremos?”



Função social da escola

Para início dessa reflexão, a primeira consideração a ser feita é de que a função da escola deve ser compreendida inserida no contexto da sociedade capitalista. Assim, a escola pública que queremos decorre da discussão indissociada de qual projeto de sociedade defendemos e de que a escola expressa um projeto social e, por isso, ela não se esgota em si mesma, mas caminha para uma intencionalidade coletiva e social. Para Frigotto (1993) a escola não é um aparelho ideológico de simples reprodução das relações sociais de produção capitalista, mas também é um espaço de disputa em que forças contraditórias se enfrentam como é próprio do capitalismo. Assim, a escola por estar inserida no movimento geral do capitalismo, pode ser um instrumento de manutenção desse sistema

de relações sociais pautadas pela exploração, assim como poderá representar a superação dessa sociedade vigente rumo a uma sociedade sem classes, socialista.

Neste contexto, a concepção de educação será pautada pela construção da emancipação humana o que coloca a escola como uma das instâncias fundamentais na luta pela transformação desse modelo de sociedade vigente. Segundo Gramsci (2004), a escola poderá ser transformada em um espaço de luta, de disputa pela hegemonia, desde que construa as condições efetivas para elevar culturalmente as classes subalternas, para que estas possam assumir conscientemente a direção da sociedade.

No entanto, além de tomarmos a escola como espaço de luta, o seu papel transformador será desenvolvido

quando a reconhecermos como espaço real. Isso significa que a escola não pode se organizar para um estudante e uma estudante ideal, uma comunidade ideal, um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras da educação ideal, mas sim a partir do que é real e concreto, a partir das relações sociais. Esse real e concreto não admite neutralidade, mas tomada de posição.

Por isso, Gramsci via a necessidade de fortalecimento das massas como forma de organizá-las para questionar o modelo capitalista e promover a transformação social. “É através da crítica da civilização capitalista que se formou ou se está formando a consciência unitária do proletariado, e crítica quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista” (GRAMSCI, 2004, p.86).





Currículo: saber, identidade e poder

Considerando que a escola pública que defendemos expressa um projeto social de transformação dessa sociedade via a construção da emancipação humana, torna-se imperioso estabelecer um percurso, um caminho, pelo qual, teoricamente, todos e todas deveriam percorrer rumo a este projeto social o que denominamos de currículo.

Em se tratando de currículo, entretanto, a pergunta o quê ensinar/aprender está precedida de outra pergunta: o que eles ou elas devem se tornar? Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão seguir aquele currículo. (SILVA, 2002)

É um equívoco considerar no currículo, apenas o conhecimento em forma de conteúdo.

Pelo contrário, o conhecimento que constitui o currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, ou seja, na nossa identidade. Então, para além de uma questão de conhecimento, currículo é uma questão de identidade. E por ser uma questão de identidade, ao selecioná-la como a ideal, o currículo também está envolvido em uma relação de poder, pois a ação de selecionar determinados conhecimentos e não outros que representarão a identidade é uma operação de poder.

Em síntese, o currículo é uma seleção sim de conteúdos, de concepções, de intencionalidades, mas que pressupõe também, a seleção do método como considera Silva (2002, pp. 14 e 15):

As teorias críticas

e pós-críticas, por sua vez, não se limitam a perguntar “o quê?”, mas submetem este “que” a um constante questionamento. Sua questão central seria, pois, não tanto o “quê”, mas “por quê”. Por que esse conhecimento e não outro? (...) As teorias críticas e pós-críticas de currículo estão preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder.

O importante não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender como o currículo possibilita a análise crítica da realidade como requisito mínimo para a participação consciente em uma sociedade cada vez mais excludente, seletiva e contraditória.



Base Nacional Curricular Comum e a qualidade social da educação

Neste sentido, o que vemos nos encaminhamentos da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), conforme texto elaborado por especialistas sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) e divulgado no dia 16 de setembro de 2016, é um debate que se restringe a conteúdo, isto é, qual conteúdo, em qual ano escolar, em qual área do conhecimento/disciplina. Não há um debate nem de concepção de ensino, de currículo, de escola, nem de método e muito menos de sociedade que pretendemos formar. Nesta concepção, o método, fica em segundo plano, dissociado equivocadamente do conteúdo, sendo que conteúdo e método se articulam em uma relação dialética.

Fica evidente, também, a predisposição desse referencial se

transformar em verdadeiro currículo conteudista único e mínimo, que será referência para exames nacionais de avaliação e produção de material didático, abdicando do processo de conhecimento criativo, pautado na autonomia escolar e no respeito às diferenças étnicas, raciais e socioculturais que predominam num país de extensão continental como o Brasil.

É fundamental entender que a BNCC não será suficiente para, sozinha, promover o necessário salto de qualidade da educação pública brasileira. De toda forma, a BNCC faz parte do conjunto de políticas necessárias para que esse salto seja possível como, entre outros pontos, financiamento adequado, condições de trabalho, formação

continuada, valorização salarial e profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação. Dessa forma, as escolas serão capazes de cumprir seu papel social, assegurando inclusão e qualidade do ensino.

Nesta perspectiva, apresentamos nossa crítica ao método que o MEC adotou para elaboração da BNCC, centralizado em um grupo de especialistas sem a participação dos movimentos sociais e dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação. Propomos que nessa fase de sistematização, o MEC garanta de fato o debate plural e democrático, considerando a experiência rica e educativa da CONAE, incorporando os diversos segmentos sociais comprometidos com a educação de qualidade para todas e todos.



Mais do que respostas aos inquietantes questionamentos em torno da *Escola que queremos* e do *Currículo que queremos*, esse texto pretende ser um instrumento de reflexão e de provocação ao debate, a partir das experiências vivenciadas na prática cotidiana e como parte do nosso processo de luta pela transformação social.

***Vanda Bandeira Santana,**

secretária geral da APP-Sindicato, professora de História, especialista em Metodologia do Ensino de História

Referências Bibliográficas

- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. Escritos Políticos. Volumes I e II. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- SILVA, Tomás Tadeu, Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Análise do Programa META

A Secretaria de Estado da Educação lançou em 2015 o programa META: Minha Escola Tem Ação. A proposta não está disponível. As informações que temos são de notícias do portal do governo. A APP-Sindicato já solicitou para a SEED a íntegra da proposta, mas ainda não obteve retorno.

O que temos até o momento são entrevistas da secretária de educação Ana Seres, um documento entregue aos NREs e o PPA (Plano Plurianual). A secretária afirmou que o programa META visa “a realização de uma série de medidas que promovam práticas que resultem na melhoria na qualidade de ensino na educação paranaense”.

Em 08/05/2015 a Secretária volta a declarar: “o programa foi pensado para o chão da escola, pretendemos fortalecer a gestão escolar

nas escolas, com o propósito de contribuímos com o processo de ensino e de aprendizagem, além de reduzirmos as taxas de abandono, reprovação, aprovação por conselho de classe e distorção idade-série”. E ainda: “as ações do programa envolvem a consolidação e o monitoramento do Projeto Político Pedagógico e Plano de Ação da escola; as práticas pedagógicas, a formação continuada aos profissionais da educação alinhada ao Plano de Ação; e o acompanhamento da ampliação da jornada escolar. Também atenderá a mobilização contínua e participação permanente da comunidade escolar e o fortalecimento das instâncias escolares; o monitoramento e avaliação contínua da gestão escolar; e o uso da tecnologia educacional”.

Até aqui podemos inferir que a proposta signifi-

ca o que a maioria dos(as) educadores(as) desejam para o bom desempenho dos(as) estudantes e o bom andamento da educação pública em nosso estado. Mas ao relacionarmos as metas propostas pelo governo do estado em seu primeiro mandato com esse programa, muitas preocupações se sustentam.

Uma delas é o fato de ter por base as propostas educacionais trazidas da Fundação Lemann e do Instituto Teotônio Vilela (PSDB), ambos com princípios da meritocracia* e da resolução dos problemas voltados somente ao ambiente escolar com esforço dos(as) gestores(as) e dos(as) profissionais, à eficiência da gestão e ao monitoramento das políticas.

Outro fator para análise são as ações de monitoramento do Projeto Político Pedagógico e da gestão escolar. Alguns poderiam até argumentar de nosso preciosismo. Mas os fatos históricos da política e as ações do governo em suas propostas educacionais, especialmente a partir de 2015, nos conduzem a avaliar, mesmo que de forma precoce, que o monitoramento em governos liberais justifica-se pelo processo de gestão eficiente e eficaz no sentido mais refinado do neoliberalismo: centralidade no esforço individual e eficiência da gestão dissociada da realidade político-social e das condições estruturais, financeiras, humanas e educa-

cionais e que desembocam para soluções individualizadas e restrições financeiras. Cito 2015, pois foi evidente a tentativa de enxugamentos, destituição de projetos e programas progressistas conquistados, da redução e definhamiento ideológico da formação continuada dos(as) profissionais da educação, e, principalmente, ao final do ano, a tentativa de destituição do processo democrático nas escolas com uma incisiva proposta punitiva aos(as) gestores(as), a qual derrotamos.

Em 24/08/2015 o governador Beto Richa esteve presente em encontro com os NREs e destacou que a Educação é prioridade de seu governo assim como a construção da cidadania. Bem, o que dizer? Essa avaliação aqui é desnecessária.

No mesmo encontro participou o representante do SEBRAE-PR (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que apresentou o programa Educação Empreendedora que incentiva a criatividade, cooperação, persistência e resiliência nos(as) estudantes. Mais uma vez nos deparamos com a educação voltada ao mercado, com o intuito neoliberal de que os esforços individuais levam ao sucesso e quem empreende alcança melhores posições. Rechaçamos essas teorias e ideologias do capitalismo. Será que essas ações estarão integradas ao projeto META?

O Programa META distribui as atuais políticas educacionais do governo em sete ações propostas:

- Ação 1 – Projeto Político Pedagógico e Plano de Ação: consolidação e monitoramento.
- Ação 2 – Práticas pedagógicas: proposta curricular e trabalho docente.
- Ação 3 – Formação Continuada para todos os profissionais da Educação, alinhada ao Plano de Ação.
- Ação 4 – Acompanhamento da ampliação da jornada escolar.
- Ação 5 – Mobilização contínua e participação permanente da comunidade escolar nas ações da Escola e fortalecimento das instâncias Escolares.
- Ação 6 – Tecnologia Educacional: práticas pedagógicas e gestão escolar.
- Ação 7 – Monitoramento e avaliação contínua do desempenho da gestão escolar.

Essas ações foram apresentadas na forma de um documento entregue às escolas na Reunião Técnica e Pedagógica de agosto de 2015. Além da crítica apresentada acima, requer um olhar cuidadoso para cada política educacional, especialmente nos níveis e modalidades, já que indica que essas ações nortearão toda a política educacional dessa gestão. Coloco essa preocupação à luz do que está sendo proposto e de forma muito subliminar o projeto

***Meritocracia** (do latim *meritum*, “mérito” e do sufixo grego antigo *kpatía* (-cracia), “poder”) é um sistema de gestão que considera o mérito, como aptidão, a razão principal para se atingir posição de topo. As posições hierárquicas são conquistadas, em tese, com base no merecimento e entre os valores associados estão educação, moral, aptidão específica para determinada atividade. Constitui-se uma forma ou método de seleção e, num sentido mais amplo, pode ser considerada uma ideologia governativa.

A meritocracia está associada, por exemplo, ao estado burocrático, sendo a forma pela qual os funcionários estatais são selecionados para seus postos de acordo com sua capacidade (através de concursos, por exemplo). Ou ainda – associação mais comum – aos exames de ingresso ou avaliação nas escolas, nos quais não há discriminação entre os alunos quanto ao conteúdo das perguntas ou temas propostos. Assim, meritocracia também indica posições ou colocações conseguidas por mérito pessoal. (wikipédia)

liberal embutido. Essa avaliação serve de auxílio ao debate coletivo.

Para fechar a análise, o programa META está no Plano Plurianual – PPA que é a Lei 18661/2015, aprovada em 22 de dezembro. O PPA define o orçamento para os próximos quatro anos de governo.

É explícito o baixo recurso destinado à educação para os próximos quatro anos. Conclui-se que com esses valores não teremos nenhum avanço nas políticas educacionais, tampouco no cumprimento do Plano Estadual de Educação. A baixa variação do aumento de recursos ano a ano é notadamente inferior aos Planos Plurianuais anteriores.

Orientamos para que todos os segmentos da escola: diretores(as), pedagogas(os), funcionários(as), professores(as) e estudantes estejam atentos para as propostas que serão implementadas assim como o detalhamento das ações em cada escola.

***Marlei Fernandes de Carvalho,**

secretária de finanças da APP-Sindicato, pedagoga e professora de Língua Portuguesa, especialista em Língua portuguesa - descrição e ensino

PPA 2016 A 2019		
Ano	Valor	Var.% - anual
2016	7.230.542.890,00	3,67
2017	7.631.838.020,40	5,55
2018	8.055.405.030,53	5,55
2019	8.502.480.009,72	5,55
TOTAL	31.420.265.950,64	

PPA/EDUCAÇÃO – Série Histórica		
PPA	VALORES	Var. %
PPA 2004-2007	R\$ 8.385.315.581	
PPA 2008-2011	R\$ 14.282.096.370	70,32%
PPA 2012-2015	R\$ 24.304.665.729,40	70,18%
PPA 2016-2019	R\$ 31.417.170.795,00	29,26%

Fundação Lemann

Fundada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann, a Fundação Lemann é uma organização familiar sem fins lucrativos. Uma visita pelo site da fundação da mostra de quão empenhados estão pela visão meritocrática da educação. Projetos como Talentos da educação – que promete encontros de imersão para aperfeiçoar as habilidades de liderança e debater as reformas educacionais –, movimento pela Base Comum – reunião de um conjunto de entidades privadas com ideias privatistas de como deve ser a Base Comum – e escola excelência com equidade – espécie de ranqueamento em que se destaca as melhores escolas segundo um conjunto de critérios quantitativos e qualitativos e que, em nenhum momento, discute as questões estruturais das redes – são exemplos do que propõem a Fundação.

Instituto Teotônio Vilela

O Instituto Teotônio Vilela (ITV) é o órgão de estudos e formação política ligado ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Por lei, todos os partidos políticos são obrigados a manter uma entidade de natureza doutrinária, visando o aprimoramento de seu ideário. Fundado em 08 de novembro de 1995, com autonomia financeira e gerencial, o ITV se responsabiliza pelo aperfeiçoamento e pela divulgação da doutrina social-democrata no Brasil.

Cabe ao instituto promover estudos, seminários, palestras e debates sobre a realidade nacional, com objetivo de formular políticas públicas coerentes com o ideário da social-democracia: respeito aos princípios democráticos, responsabilidade fiscal e social, coerência e ética política. Publicações variadas compõem um acervo bibliográfico útil para acadêmicos, pesquisadores, cientistas sociais e estudantes. Revistas de divulgação contemplam o interesse de simpatizantes e militantes da social-democracia, fornecendo-lhes elementos básicos para o debate político e ideológico.

A ação do ITV se estende – a partir de sua sede, em Brasília – pelos 26 estados do país, cada qual com sua representação local. Nas eleições, tal rede de formação política dedica-se ao preparo e treinamento dos candidatos, especialmente nos pleitos municipais. Norteados pelo Conselho Deliberativo, integrado por 28 intelectuais e políticos de expressão nacional, o ITV investe no fortalecimento do processo político brasileiro.

Gestão democrática na edu

Lutou-se, nos últimos anos, principalmente a partir do final da década de 70, por uma maior participação popular nos espaços de decisões, fruto da organização dos movimentos sociais e sindicais por processos sociais mais democráticos, colocando-se contra governos eminentemente autoritários, centralizadores e tecnoburocratas.

É neste contexto de luta, do estabelecimento de uma sociedade mais democrática, que se busca também, no interior das escolas uma organização e gestão voltadas para a transformação da sociedade e que dialogue com os valores democráticos. Estabelece-se, assim, uma relação direta entre sociedade democrática e a gestão pública escolar. Souza (2015) alerta-nos que só faz sentido falar de gestão democrática na escola pública se devidamente articulada com uma perspectiva democrática de sociedade. O mesmo alerta aparece no **Documento Fi-**

nal da CONAE 2014, quando trata da necessidade de se “romper com as práticas autoritárias centralizadoras, arraigadas na cultura política da sociedade e demarcada pelas desigualdades sociais, para uma tomada de decisão, especialmente no campo educacional, adotando o princípio da gestão democrática nos sistemas de ensino (...)” (BRASIL, FNE, 2105, p. 80).

O caminho para uma educação verdadeiramente democrática, pela perspectiva que assinalamos, deve contribuir para a emancipação humana, para efetivação de sua “autonomia intelectual e moral” (GRAMSCI 1989). Uma educação na perspectiva da emancipação “deve constituir-se necessariamente com a adesão dos envolvidos tomando parte do processo, e traz como pressuposto que essa participação deva ser dada pela via da democracia participativa, direta, radical ou de massas” (SOUZA, 2015, p.38)

Neste sentido, a gestão democrática da educação deve ter como preceito básico a radicalização da democracia, que se traduz no caráter público e gratuito da educação, na inserção social, nas práticas participativas nas instâncias deliberativas de poder, na eleição direta de dirigentes, na socialização dos conhecimentos e das decisões colegiadas. Deve permeiar o processo dialético de relações que se estabelecem entre a instituição educacional e a sociedade, de forma a possibilitar aos sujeitos a utilização de mecanismos de construção e de implementação da qualidade social na educação,

Segundo o documento **Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola** (BRASIL, MEC, 2004), numa educação emancipadora, o sentido de “qualidade” precisa ser decorrente do desenvolvimento das relações sociais contextualizadas e sua gestão contribui para o fortalecimento da escola pública, construindo

uma relação efetiva entre democratização e qualidade.

Uma educação de qualidade visa a emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimite. É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação, que a escola procura desenvolver conhecimentos e atitudes que encaminharão a forma pela qual os sujeitos vão se relacionar com o conhecimento, a sociedade, a natureza e consigo mesmos. Assim, a “escola de qualidade” é aquela que contribui com a formação dos(as) educadores(as) e dos(as) estudantes nos aspectos científicos, culturais, artísticos, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seus papéis no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. É nessa perspectiva que o ensino de qualidade deve:

- ser pluralista, porque admite correntes de pensamentos divergentes com

respeito à diversidade, ao diferente;

- ser humanista, por identificar o humano como foco do processo educativo;
- ter consciência de seu papel político como instrumento para a emancipação da classe trabalhadora, de combater às desigualdades sociais e alienação dos(as) trabalhadores(as).
- superar todas as formas de discriminação. Nossa luta é por uma escola laica, sem machismo, sem homofobia e sem racismo. Uma educação que reconheça a identidade de gênero, a orientação sexual e étnico-racial dos sujeitos envolvidos.

Para o alcance desta proposta, de uma escola de qualidade referenciada no social, devem ser garantidos os meios e as condições favoráveis para que os processos de gestão sejam construídos coletivamente, de modo a ficar claro que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode



cação pública que queremos



ser entendida apenas como mecanismo formal/legal.

No entanto, o exercício coletivo da participação e tomadas de decisões é um processo que deve levar em conta a especificidade e a possibilidade histórica de cada escola, o que implica tomá-la como espaço de contradições e diferenças e que exige o constante exercício da “pedagogia do diálogo e do respeito às diferenças, garantindo a liberdade de expressão, a vivência de processos de convivência democrática, a se efetivarem no dia a dia, em busca de concretizar projetos coletivos” (BRASIL/MEC, 2004, p. 26).

Assim, a especificidade da participação coletiva está associada ao caráter democrático da educação, em que a gestão democrática é um processo dentro dos demais necessários à democratização da educação. Por sua vez, a gestão dos meios, nos órgãos administrativos e tam-

bém na escola pública, deve ser reformulada e adequada de modo que seja submetida à natureza educativa e específica da escola pública. Por esta razão, em nenhuma hipótese, deve ser administrada e organizada de forma empresarial, com racionalidade meramente financeira e sim que atenda as necessidades educativas. A racionalidade empresarial não serve para a escola pública.

Isto requer também:

- considerar a horizontalidade nas relações de poder, a alternância nos cargos que envolvem direção, colegiados, conselhos, associações de pais e mães e grêmios, bem como garantir a participação das mulheres e negros nestes colegiados, assegurando a visão geral dos objetivos a realizar e a solidariedade na execução das ações, para se alcançar os objetivos coletivamente definidos e,

- fortalecer as diferentes instâncias e mecanismos de

gestão democrática da educação, tais como: fóruns, conferências de educação, constituintes escolares, APMF, grêmios estudantis e os conselhos escolares, como órgão máximo das definições político-educacional-administrativas e financeiras das escolas, com representatividade de professores(as), equipe pedagógica, funcionários(as), representação sindical da categoria, estudantes, pais, mães e comunidade, grêmios estudantis e, principalmente, efetivação de espaço e tempo nas escolas para o debate, além da proposição e avaliação das políticas. A efetivação destes mecanismos constitui um aprendizado político-pedagógico cotidiano e requer a implementação de novas formas de decisão, organização e participação coletivas, interna e externamente à escola.

No entanto, é necessário destacar que a democratiza-

ção dos sistemas de ensino não depende apenas das relações internas vivenciadas na escola. É necessário que o sistema como um todo tenha a gestão democrática como um princípio. Um exemplo clássico da não gestão democrática e a escolha por apadrinhamentos das chefias de NRE. Outra questão relevante que interfere na realização da gestão democrática na escola pública é a pauta pedagógico-trabalhista, que passa, entre outros exemplos, pela definição do porte da escola que impacta diretamente no número de diretores(as) por unidade, pelo aumento da hora atividade para 50%, que propiciaria maior tempo para discussões sobre o Projeto Político Pedagógico e até, em casos excepcionais, o atendimento a comunidade escolar.

Sendo assim, a gestão democrática da escola pública, muito além de ser um método é uma prática (LUIZ, NASCENTE E LIMA, 2015)

que se estabelece pela participação coletiva e direta dos sujeitos nas diferentes instâncias e mecanismos colegiados de poder. São processos que promovem a aprendizagem democrática e que impactam diretamente na forma como os sujeitos envolvidos compreendem a participação social como um todo. É nessa perspectiva que constrói-se a emancipação descrita por Gramsci, de ruptura da heteronomia social para a constituição da autonomia social e moral e isso se dá na medida em que os sujeitos vivem, empoderam-se e tomam para si – apropriam-se, deste aprendizado que vale para escola e fundamentalmente para outros aspectos da vida social.

***Antonio Carlos Frutuoso,**
assessor da APP-Sindicato,
prof. de Matemática, mestre
especialista em educação

Mecanismos e instâncias da Gestão Democrática da Escola Pública

A seguir listamos um conjunto de mecanismos e instâncias que auxiliam na efetividade da gestão democrática do sistema e ensino e da escola pública. O texto que nos baseamos que articula esses mecanismos e instâncias é o *Caderno Final da Conferência Estadual da APP* (APP, 2014) e que, portanto, é resultado do acúmulo dos nossos debates.

1. Conselho Estadual da Educação: é o órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador da educação no Paraná. Deve funcionar como instância de articulação entre o poder público e a sociedade civil. Ele deve ter participação ampla da sociedade e, em especial, da comunidade da educação, e por isso precisa ser reformulado na composição e forma de escolha de seus membros. Deve ser composto de maneira tripartite, entre o Governo do Estado, a sociedade civil organizada representada pelas entidades de âmbito estadual, vinculadas à educação pública e os(as) trabalhadores(as) da educação, numa proporção de um terço para cada uma delas garantindo assim, um processo mais democrático.

2. Fórum Nacional, Estadual e Municipal de Educação: além de organizar as Conferências de Educação (a cada quatro anos), os Fóruns devem representar os mais diferentes segmentos da sociedade, ser o canal de comunicação entre a população e o poder público e monitorar a execução dos Planos de Educação. Sua composição deve considerar a participação de grupos organizados no município, como movimentos, fóruns, associações, conselhos, sindicatos, entre outros. A participação deve viabilizar a representação destas organizações, fortalecer seus vínculos, dar suporte e apoio aos representantes e aos órgãos e entidades representadas nesta instância.

3. Núcleos Regionais de Educação: são os órgãos da administração da SEED mais próximos das escolas, nas diferentes regiões do Estado. Suas funções são pedagógicas e administrativas, com vistas a facilitar a comunicação, o acompanhamento e implantação das políticas educacionais. A escolha da Chefia e coordenações de Núcleo devem ser submetida a uma ampla discussão pela categoria. Defendemos a definição de critérios claros sobre quem vai trabalhar nos núcleos, como a efetiva formação pedagógica e atuação no campo da educação pública no estado do Paraná, para evitar que profissionais de outras áreas possam assumir os núcleos apenas por ligações políticas com este ou aquele projeto de governo.

4. Conselho Escolar: trata-se de um órgão colegiado, organizado para promover a democracia na escola. É a maior instância da gestão escolar e tem como funções discutir, aconselhar, deliberar e normatizar as questões mais importantes do cotidiano escolar. No conselho, representantes dos diferentes segmentos – familiares, professores(as), funcionários(as), estudantes, direção e equipe pedagógica – se reúnem para decidir questões pedagógicas, administrativas e financeiras, definindo a política de ação da escola. O desafio é criar uma cultura democrática e participativa, com pessoas que tenham representatividade no seu segmento, disposição para exercer a função e compromisso com a educação pública.

5. APMF: considerando os limites e possibilidades do processo de democratização da educação e do próprio Estado brasileiro, a APMF deve ter uma característica diferenciada, mais democrática, para além do que estatutariamente a define, compondo os Conselhos Escolares e acompanhando a implementação do Projeto Político Pedagógico e das ações necessárias para efetivação do processo educativo escolar como um todo, o que exigirá dos(as) representantes eleitos(as) democraticamente, que compreendam seu papel nesta e em outras instâncias decisórias no sentido de transformar as práticas escolares e não reiterá-las.

6. Conselho de Classe: é mais um dos mecanismos de participação da comunidade escolar e que afeta diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Entendemos que o Conselho não deve ser instância apenas de aprovação e reprovação de estudantes, mas sim espaço de avaliação permanente do trabalho pedagógico desenvolvido na escola. É fundamental que se reveja sua atual estrutura, rediscutindo sua função e abrindo-se para a participação da comunidade escolar.

7. Grêmio Estudantil: é um dos espaços de representação dos(as) estudantes na escola – talvez o mais importante, configurando-se como instrumento da Gestão Democrática e dos desejos e expressão das reivindicações do alunado. O grêmio estudantil constitui-se um meio de participação política dos(as) estudantes na vida escolar, o que favorece a formação política, tornando-se um espaço de discussão, criação e tomada de decisões do processo escolar, bem como fortalecendo relações a respeito de direitos, deveres e convivência comunitária.

Referências Bibliográficas

APP-Sindicato. Conferência Estadual de Educação: Caderno Final. Curitiba: 2015.

BRASIL, MEC. Conselho Escolar e Aprendizagem na escola. Caderno 2: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad2.pdf. Acesso em 5 de fevereiro de 2016.

BRASIL, FNE (Fórum Nacional de Educação). CONAE 2014: Documento Final. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2016.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais na organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LUIZ, Maria Cecília, NASCENTE, Renata M. Moschen e LIMA, Anderson. Gestão Democrática e Conselhos Escolares: a constituição da participação na e para a escola. IN: SILVEIRA, Adriana Dragone (org.). Gestão Democrática, participação popular e controle social. Livro 5: CONAE Paraná: reflexões e provocações. Curitiba: Appris, 2015, pp 75-91.

SOUZA, Silvana Aparecida de. Gestão Democrática da Escola e Participação. IN: SILVEIRA, Adriana Dragone (org.). Gestão Democrática, participação popular e controle social. Livro 5: CONAE Paraná: reflexões e provocações. Curitiba: Appris, 2015, pp. 35-54.